

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015

(Do Sr. João Derly)

Requer informações ao Sr. Ministro de Estado do Esporte acerca da inexistência de instrumento normativo que regule os Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado do Esporte, no sentido de esclarecer a esta Casa as razões da inexistência de instrumento normativo que formalize os Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS).

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), segundo o site do Ministério do Esporte, objetiva *“proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvam todas as faixas etárias, incluindo as com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos”*.

O PELC possui, atualmente, dois tipos de núcleos: o núcleo urbano e o núcleo para Povos e Comunidades Tradicionais. Até 2012, o Programa Vida Saudável (VS) era um terceiro tipo de núcleo. A partir desse ano, o VS passou a se constituir em política pública e social que *“visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para o cidadão idoso, estimulando a convivência social, a formação de gestores e*

lideranças comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos”.

Embora os dois programas sejam considerados estratégicos em termos de políticas esportivas, ambos não foram normatizados pelo Ministério do Esporte, diferentemente, por exemplo, de outro importante programa, como o “Segundo Tempo”, regulado pela Portaria Interministerial Ministério da Educação/Ministério do Esporte nº 3.497, de 24 de novembro de 2003.

Diante do exposto, e considerando a importância e a abrangência do PELC e do VS, solicito que o Sr. Ministro de Estado do Esporte preste os esclarecimentos necessários ao Parlamento e à sociedade quanto aos motivos da não explicitação destes relevantes programas esportivos em instrumentos normativos, fato que dificulta a avaliação da pertinência das medidas adotadas pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado **JOÃO DERLY**